

# Contribuições da Gramática Discursivo-Funcional para o ensino de gramática: a relação conclusiva no português

Profa. Dra. Norma Barbosa Novaes Marques<sup>1</sup> (UNESP)

## Resumo:

Estudos sobre articulação textual têm tomado um grande espaço de pesquisa na área dos estudos linguísticos, no entanto, na contramão desse caminho, muitos materiais didáticos ainda continuam reduzindo a discussão aos aspectos sintáticos e semânticos, de maneira bastante superficial. Este trabalho insere-se nessa temática ao apresentar um quadro descritivo-analítico das relações conclusivas no português, com o fim de caracterizar que tipo de unidades linguísticas são relacionadas pelas tradicionalmente denominadas conjunções conclusivas, com base em um *córpus* de língua falada nos oito países lusófonos. O quadro teórico adotado é o da Gramática Discursivo-Funcional (Hengeveld e Mackenzie, 2008), modelo que privilegia a intenção comunicativa do falante ao fazer uso do sistema linguístico em situação de interação. Como resultado, evidencia-se que há subtipos de relação conclusiva: Resumo, Conclusão e Consequência. A relação Resumo e a relação Conclusão ocorrem no Nível Interpessoal (responsável por captar as distinções que dizem respeito à interação entre o Falante e o Ouvinte), enquanto a relação Consequência ocorre no Nível Representacional (responsável pelas distinções semânticas), o que pode ajudar o professor a compreender com mais precisão o conceito e as propriedades da relação conclusiva. A metodologia adotada na análise dos dados seguiu os passos de seleção e descrição das ocorrências em que as conjunções codificam construções conclusivas; audição das ocorrências selecionadas, para verificação de semelhanças e/ou diferenças que possam indicar traços distintivos entre as articulações; sistematização de tais diferenças, no intuito de se verificar em que sentido evidências morfológicas e fonológicas são reflexos da Formulação. Pretende-se, com este estudo, mostrar a relevância do saber linguístico do professor para o ensino de gramática. (Apoio: Capes -Processo 0228-13-3)

**Palavras-chave:** Gramática Discursivo-Funcional, relação conclusiva, português falado.

## 1 Introdução

Há muitas divergências nos estudos de articulação textual, tais como as unidades linguísticas que podem ser relacionadas (termos, orações ou porções textuais maiores); os processos sintáticos de formação do período; a denominação do elemento juntor (conjunção ou advérbio, conector etc), além do conjunto de elementos mencionados para estabelecer a relação conclusiva. Outro aspecto que não é consensual diz respeito a como se conceituam as relações advindas da articulação entre partes de um texto.

Neste trabalho, propõe-se a discutir o conceito de relação conclusiva nos casos em que a relação se estabelece por meio das tradicionalmente denominadas conjunções conclusivas simples, mais especificamente, as formas *então* e *portanto*.

Como teoria de base para o estudo, adotou-se como modelo teórico o aparato da Gramática Discursivo-Funcional (doravante, GDF), de Hengeveld e Mackenzie (2008), que privilegia a intenção comunicativa do falante ao fazer uso do sistema linguístico em situação de interação. A GDF, ao propor que o componente gramatical está organizado em níveis e camadas,

considera que os níveis pragmático, semântico, morfossintático e fonológico se apresentam como autônomos, por contarem com categorias próprias, porém apresentam interdependência, devido à possibilidade de haver motivações semânticas e pragmáticas para a codificação morfossintática e fonológica. Dessa forma, em função do foco deste trabalho, a GDF se apresenta como adequada, visto que há aqui a procura por motivações pragmáticas ou semânticas para construção da relação conclusiva, e o modelo teórico adotado considera a gramática como um componente integrado aos níveis mencionados.

Para análise do fenômeno linguístico em foco, foram selecionados os dados obtidos no corpus denominado “Português oral”, desenvolvido no âmbito do Projeto “Português Falado: Variedades Geográficas e Sociais”, que traz amostragens de variedades do português falado em Portugal, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste. Trata-se de um corpus de língua falada que possibilita o alcance do objetivo proposto, qual seja o de descrever a relação conclusiva no português, sem a intenção de comparação entre todas as variedades.

## 2 Revisão bibliográfica

Os estudos a respeito da relação conclusiva encontrados em gramáticas e em estudos mais contemporâneos revelam que há discordâncias em relação à definição de relação conclusiva, visto que muitas gramáticas tradicionais (Bechara, 2009; Cunha e Cintra, 1985; Rocha Lima, 1956)) e mesmo autores contemporâneos (Neves, 2001; Koch e Silva, 1990) consideram que o termo ‘conclusão’ é equivalente a ‘consequência’, ou ainda por reportarem uma relação do tipo ‘lógica’ entre premissa e conclusão.

Kury (1993), por exemplo, afirma que a oração conclusiva serve para exprimir conclusão ou consequência lógica da primeira oração. Azeredo et al (2009) afirmam que conjunções conclusivas exprimem uma conclusão, uma dedução lógica da primeira ideia. Para Figueiredo e Figueiredo (2009), a relação conclusiva se estabelece por meio de consequência ou dedução a partir da primeira oração, corroborando a proposta de Mira Mateus et al (1986), que acreditam que a proposição B é uma consequência da condição proposta em A. Já Alves (2013), a respeito de *então* conclusivo, a partir de Carlson e Marcu (2001, p. 50), usa os termos “inferência”, “consequência necessária” “ou decisão final” na definição.

Martelotta e Silva (1996), destacam que *então*, em função conclusiva, inicia uma oração que expressa uma consequência em relação ao já dito, como no exemplo a seguir:

- (01) ao saltar do carro Marcelo tentou conversar com Neuza, para que entrássemos em casa sem acordar os pais de Márcia. Mas a nojenta da garota em vez de ajudar a irmã ficou reclamando e falando besteiras, **então** Marcelo deu-lhe um fora curto e grosso (MARTELOTTA e SILVA, 1996, p. 228)

De acordo com os autores, nessa ocorrência, “Marcelo deu-lhe um fora curto e grosso” é uma oração que contém uma consequência em relação ao trecho imediatamente anterior “Mas a nojenta da garota em vez de ajudar a irmã ficou reclamando e falando besteiras”.

Risso (1996) considera que a forma *então* assume, dentre outras possibilidades, uma relação lógico-semântica de decorrência, conclusão ou resultado, enfim, de implicatividade, como mostra (38):

- (02) Buda já dizia isso já dizia isso também...**então** isso não é novidade para ninguém não é verdade? (RISSO, 1996, p. 85)

Observa-se no exemplo uma relação argumentativa, segundo a autora, na qual há uma conclusão a partir de dois atos de fala anteriores: “Buda já dizia isso também” (explícito) e “Todos

conhecem a afirmação de Buda” (implícito), que sustentam a argumentação conclusiva “isso não é novidade pra ninguém”.

Pezatti (2001) afirma que a forma *então*, em uso conclusivo, apresenta um valor de conclusão por inferência, sem noção temporal presente, como se vê em (03):

- (03) hoje em dia se você depois passou uma época que você ia ao cinema tinha que ficar de é numa fila eNORme...não é? **então** não era divertimento aquilo...era::eu acho que era nem divertimento ((ruídos)) passava porque a pessoa ficava cansada de ficar em fila adquirir ingresso ficava na fila de ingresso (DID-SP-234:582) (PEZATTI, 2001)

Aqui o destaque se dá ao uso do termo “inferência”, que, segundo a autora, deve haver entre a premissa e a conclusão, desfazendo a ideia de que há uma relação lógica entre as orações. Em (03), “então não era divertimento” é uma conclusão que o falante faz a partir de um julgamento que ele faz de uma realidade, sendo impossível se pensar em lógica em sentido restrito.

Lopes et al (2001) e Novaes (2009) afirmam que *portanto*, como operador conclusivo, tem um significado do tipo instrucional ao indicar que a proposição introduzida deve ser interpretada como conclusão fundamentada num raciocínio inferencial: numa estrutura do tipo *p portanto q*, o conector sinaliza que *p* é uma premissa e *q* uma conclusão. Nesses casos, há um esquema inferencial defectivo em que uma das premissas não está explicitada, como em (04):

- (04) As luzes não estão acesas, **portanto** o João não está em casa. (LOPES et al, 2001, p. 206)

A premissa elidida seria, no caso, ‘se/quando o João está em casa, as luzes estão acesas’ deve fazer parte do conhecimento prévio do interlocutor para que se possa perceber a relação conclusiva.

Em síntese, pode-se verificar a variação nos termos usados para definição: conclusão, consequência, decisão final, decorrência e resultado. Logo, definir claramente o que é uma relação de conclusão é fundamental para a análise desse fenômeno linguístico, o que será feito neste trabalho, a partir do modelo teórico da GDF, descrita resumidamente a seguir.

### 3 Referencial teórico: a Gramática Discursivo-Funcional

A Gramática Discursivo Funcional, de Hengeveld e Mackenzie (2008), é um modelo de análise linguística que se detém especificamente sobre a gramática de uma língua, mas considera o discurso como unidade de interação; além disso, propõe a interação do componente gramatical com o contexto informacional e situacional de produção do texto. Constitui um aparato teórico que estuda a gramática, mas que valoriza os demais componentes compatíveis com uma teoria da interação verbal.

Um pressuposto da teoria é a separação entre os processos de Formulação e Codificação na produção linguística. No primeiro processo, o foco é a especificação de configurações pragmáticas (denominadas interpessoais) e semânticas (denominadas representacionais), enquanto, no segundo, observam-se as configurações morfossintáticas e fonológicas, ou seja, as unidades formais que as configurações pragmáticas e semânticas acarretam em uma língua.

As relações de formulação e codificação, para a GDF, encontram-se estruturadas em níveis que são representados hierarquicamente em organização descendente, que vai do discurso para a forma das expressões linguísticas; assim, a pragmática governa a semântica, a pragmática e a semântica comandam a morfossintaxe e, por fim, a pragmática, a semântica e a morfossintaxe governam a fonologia.

São propostos quatro níveis de análise: o Nível Interpessoal diz respeito à interação entre Falante e Ouvinte; o Nível Representacional está relacionado aos aspectos semânticos das unidades linguísticas; o Nível Morfossintático considera como unidade de análise a composição

sintática dos elementos linguísticos; por fim, o Nível Fonológico trata das representações fonológicas dos constituintes. Os níveis também são hierarquicamente estruturados em camadas de vários tipos, em que a primeira camada, mais alta, contém a segunda e assim sucessivamente, como será visto, em detalhes, na descrição de cada nível.

Na seção a seguir, essa organização em níveis permitirá definir com mais precisão a relação conclusiva.

#### 4 Uma proposta de conceito de relação conclusiva

No levantamento bibliográfico efetuado para este estudo, como observado, foram encontradas três tipos de ocorrências com relação de implicação entre porções textuais:

- (01) ao saltar do carro Marcelo tentou conversar com Neuza, para que entrássemos em casa sem acordar os pais de Márcia. Mas a nojenta da garota em vez de ajudar a irmã ficou reclamando e falando besteiras, **então** Marcelo deu-lhe um fora curto e grosso” (MARTELOTTA e SILVA, 1996, p. 228)
- (02) Buda já dizia isso já dizia isso também...**então** isso não é novidade para ninguém não é verdade? (RISSO, 1996, p. 85)
- (05) tamanho das partículas...lá..na lei na equação da lei de #..o que que tá escrito?..que a velocidade de sedimentação..é diretamente proporcional ao quadra::do..do raio das partículas, ..ou seja qua::ndo..eu for..ver o tamanho das partículas do/do princípio ativo ali,..pra suspender,..pra fazer essa suspensão,..essa escolha tem que ser critério::sa, ..as partículas que normalmente a gente vê em cinquenta micrômetros,..nós teremos que fazer uma micropulverização,..utilizar ultrason,..devemos determinar no tamanho mé::dio dessas partículas..antes pra ter certe::za que elas ficam nesse intervalo,..eu poderia até estar fazendo uma # ergométrica. ..lembra da#?..pra ver o intervalo que as partículas ficam. ...tá **então** o tamanho das partículas..é muito importante. (ALVES, 2013, p. 58)

Os exemplos demonstram que o que se tem denominado conclusão engloba diferentes tipos de implicações, ou seja, pode indicar uma consequência (01), uma conclusão propriamente dita (02), ou mesmo um resumo de um excerto anterior (03). Essas construções têm em comum o fato de todas indicarem o que Blakemore (2003) chama de implicação resultativa: consequência é o resultado de uma causa; conclusão, o resultado de uma inferência, e resumo, a síntese resultante de todo o discurso anterior.

A essas três nuances denomina-se aqui relação conclusiva. A primeira será denominada relação conclusiva Consequência, a segunda, relação conclusiva Conclusão, e a terceira, relação conclusiva Resumo.

No caso da relação Consequência, como em (6), a relação que o Falante estabelece entre P [eles acham que coisa antiga é coisa velha] e Q [então botam para, arrebetam com o negócio] é direta, já que não há uma premissa implícita, resultante de um raciocínio inferencial:

- (06) ah! o resto da fazenda. no resto da fazenda você tem, perto da piscina, você tem uma outra casa bem grande, que era a fazenda antiga. seria a sede da fazenda antiga, certo, mas essa sede actualmente é tida como mal-assombrada. então, apesar de sermos todos pessoas esclarecidas, nós não temos muita vontade de ficar nela. isso é evidente. (BRA 80-Fazenda.)

Percebe-se que tanto a premissa quanto a consequência estão explícitas, em uma relação direta. Assim, na Função Consequência, descreve-se o mundo extralinguístico, ou seja, relacionam-se semanticamente dois Conteúdos Proposicionais, no Nível Representacional, em que o segundo explicita uma informação óbvia resultante da primeira informação.

Já na Função Conclusão, a relação entre as duas orações não se estabelece de forma direta, mas por meio de uma inferência implícita, como em (07), em que o Falante, a partir da oração “e a independência também é uma questão muito fund[...] fundamental.”, expressa a conclusão “**portanto** [...] nós nunca que iríamos vender a nossa liberdade e a nossa independência”, no caso, “o que é fundamental não se vende”.

- (07) mas a, nós não negamos, fez bastante. se bem que com este desenvolvimento poderá assim mudar ou transformar a identidade de um povo? a paz não é para ser vendida ou não é para ser comp[...]. não é uma, u[...], uma questão muito assim fundamental. e a independência também é uma questão muito fund[...], fundamental. **portanto** nós, mesmo que a Indonésia construiu em Timor prédios com, bom, de ouro, de platina, nós nunca que iríamos vender a nossa liberdade e a nossa independência. (TL99:IdentidadePovo)

Em (07), o Falante coloca como ponto de partida a premissa explícita [independência é uma questão fundamental] e, por meio da inferência de que “o que é importante não se vende”, apresenta a conclusão [nunca que iríamos vender a nossa liberdade e a nossa independência]. Note-se que não é uma consequência ou efeito do conteúdo da afirmação anterior. Há pelo menos três elementos em sequenciação definida: uma premissa explícita, uma premissa implícita e a conclusão. A relação de conclusão ocorre na camada do Nível Interpessoal, já que diz respeito à interação entre Falante e Ouvinte.

Quanto à Função Resumo, como exemplifica (08), o Falante resume, por meio do Movimento [**portanto** acha que os seus outros filhos r[...], a respeitam mais?], uma explanação anterior:

- (08) A não. e tratá-los por tu, ainda menos! *esta trata. os outros dois não. esta é mais atrevida. mas, mas a, mas os outros dois não. e eu nunca lhe dei licença de tratar por tu. até o neto agora também que a mãe na[...], trata, o neto também trata, o filho dela. mas não gosto porque perdem um bocado do respeito. não gosto não, não gosto.*  
B **portanto** acha que os seus outros filhos r[...], a respeitam mais?

Nessa ocorrência, percebe-se que a fala do Participante B é uma contribuição que impulsiona o discurso e contribui para a relação interpessoal, o que a identifica, de acordo com a GDF, como um Movimento, que revela a relação interacional entre os Falantes, portanto, no Nível Interpessoal. Depois de ouvir toda a explanação do Participante A a respeito de como seus filhos a tratam (um Movimento), o Participante B inicia um novo Movimento em que pretende resumir toda a explanação de A, na forma de uma pergunta, que, por sua vez, impulsiona a abertura de outro Movimento.

O resultado da análise mostrou que há três diferentes funções na relação conclusiva: Função Interacional Resumo, Função Retórica Conclusão e Função Semântica Consequência. Essa distinção esclarece a discussão e explica as divergências apontadas no início deste trabalho.

## Conclusão

A revisão bibliográfica do tema revelou a flutuação na definição da relação conclusiva. Como visto, as descrições, principalmente em obras didáticas, evidenciam que o tratamento dado à relação conclusiva é superficial. O problema é que, em muitos contextos, o livro didático é o único acesso para o aprendizado de aspectos gramaticais, e uma descrição desse tipo implica limitar significativamente uma análise que considere o funcionamento linguístico em situações de interação, almejada em uma boa formação escolar e apontada em documentos oficiais, como nos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (1998).

Dessa forma, este trabalho, ao esclarecer o conceito de relação conclusiva, pode auxiliar

a reflexão sobre como conceituar e descrever essa relação linguística.

## Referências Bibliográficas

- AZEREDO, M. O. et al. **Gramática Prática do Português: da Comunicação à Expressão**. Lisboa: Lisboa Editora, 2009.
- ALVES, D. V. S. **Uma investigação funcionalista do MD então no estabelecimento de relações retóricas em elocuições formais do português**. 102 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.
- BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. São Paulo: Nacional, 2009.
- BLAKEMORE, D. Re-visiting procedural meaning: ‘but’, ‘however’ & ‘nevertheless’, Paper delivered at Georgetown University Round Table on Languages and Linguistics (GURT, 2003).
- CUNHA, C. F.; CINTRA, L. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985 (p. 565-567).
- HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. **Functional Discourse Grammar: A typologically-based theory of language structure**. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- KOCH, I. G. V. et al. Aspectos do processamento do fluxo de informação no discurso oral dialogado. **Gramática do português falado**. v. I. São Paulo: Editora da Unicamp, 1990.
- KURY, A. G. **Novas lições de análise sintática**. São Paulo: Ática, 1985 (p.65-67).
- LOPES, A. C. M.; PEZATTI, E. G.; NOVAES, N.B. “As construções com ‘portanto’ no português brasileiro e europeu”. *Scripta*. Belo Horizonte: PUC-MG, v. 5, n.9, p. 203-18, 2001.
- MARTELOTTA, M.E; SILVA, L.R. Gramaticalização de ‘então’ In: MARTELOTTA, M.E.; VOTRE, S. J.; CEZÁRIO, M. M. **Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- MIRA MATEUS, M. et al. **Gramática da Língua Portuguesa**. Coimbra: Almedina, 1986.
- NEVES, M. H. M. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2010.
- NOVAES, N. B. Divergências e similaridades nas variedades brasileira e europeia do português: um estudo da forma ‘portanto’. In: PEZATTI, E. G. (org). **Pesquisas em gramática funcional: descrição do português**. São Paulo: UNESP, 2009. (p. 327-355)
- PEZATTI, E. G. As construções conclusivas no português falado. In: ABAURRE, M. B.; RODRIGUES, A. C. S. (orgs). **Gramática do português falado v 8**. Campinas: Editora da Unicamp, 2002, p. 185-225.
- RISSO, M. S. O articulador discursivo “então”. In: CASTILHO, A. T. e BASÍLIO, M. **Gramática do português falado**. vol. IV. São Paulo: FAPESP/ Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- ROCHA LIMA, C. H. **Teoria da análise sintática**. Rio de Janeiro: Tupy, 1956.

---

i **Profa. Dra Norma Barbosa NOVAES-MARQUES**

Universidade Estadual Paulista (UNESP)

nb.novaes@uol.com.br